



STATE GRID

SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 32.538.020/0001-07



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **4.5 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.6 Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **4.7 Instrumentos financeiros:** (a) **Ativos financeiros:** Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA")** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 é representado pelo modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. (b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **4.8 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **4.9 Transações com partes relacionadas:** As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. (a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1):** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. (b) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7):** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. (c) **Outras normas Contábeis:** • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	295.295	413.694
Aplicações financeiras (i)	10.057.426	3.089.747
	10.352.721	3.503.441

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio de aplicação automática, ou seja, toda sobre de caixa é aplicada automaticamente e os resgates também são realizados automaticamente quando necessário para cobrir o pagamento de despesas. Estas aplicações podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e ofereceram uma remuneração média atrelada à taxa de 101,44% do CDI em 2023 e de 100,5% do CDI em 2022. O aumento no saldo de caixa no período foi decorrente principalmente do aumento das receitas da Companhia decorrentes de novos contratos de prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Imposto de renda e contribuição social a pagar		31/12/2023	31/12/2022
IRPJ a pagar (i)		151.264	17.016
CSLL a pagar (i)		39.315	4.561
		190.579	21.577
Outros impostos a pagar		31/12/2023	31/12/2022
INSS empregado		26.220	21.547
FGTS a pagar		9.717	8.404
ISS a pagar		22.826	-
Pis e Cofins a pagar (i)		11.251	-
Outros		1.407	469
		71.421	30.420

(i) A variação refere-se ao aumento das receitas do ano, aumentando a base de cálculo dos impostos de dezembro/23 que serão pagos em 2024.

8. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2023	31/12/2022
Férias (i)	130.178	119.586
IRRF funcionários	26.158	25.383
Bônus (ii)	244.946	281.673
	401.282	426.642

(i) Variação refere-se ao aumento no quadro de colaboradores; (ii) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). A variação refere-se a atualização de métrica na previsão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que referem-se a uma obrigação presente resultante de um evento passado que gere a necessidade de um desembolso de caixa futuro e, por conseguinte, constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários e tampouco há ações movidas contra Companhia cujo prognóstico de perda esteja classificado como "possível" e, portanto, não havendo necessidade de divulgação conforme os requerimentos do CPC 25.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.001.000 (um milhão e um mil reais) dividido em 1.001.000 ações ordinárias e nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. **c. Reserva de retenção de lucros:** Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível o montante de R\$ 9.708.404 (nove milhões, setecentos e oito mil, quatrocentos e quatro reais) e R\$ 1.916.517 (um milhão, novecentos e dezesseis mil, quinhentos e dezesseis reais) respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. **d. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	9.895.420	975.415
Reserva legal (5%)	(98.312)	(48.771)
Base de cálculo para os dividendos	9.797.108	926.644
Dividendo mínimo obrigatório	97.971	9.266

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Ata	Data aprovação	Pagamento em 2023	Pagamento em 2022
AGO	30/04/2021	-	7.150
AGO	26/04/2022	-	2.942
AGO	26/04/2023	9.266	-
AGO	12/06/2023	1.907.250	-
	Total	1.916.516	10.092

11. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta (i)	14.322.193	3.271.731
Renda da prestação de serviços	14.322.193	3.271.731
Deduções da receita operacional	(911.374)	(279.169)
Pis corrente	(93.094)	(22.273)
Cofins corrente	(429.666)	(102.797)
ISS	(388.614)	(154.099)
	13.410.819	2.992.562

(i) A variação de 2023 em relação a 2022 se refere aos novos contratos de faturamento: aproximadamente R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil reais) referente ao serviço especializado de operação e manutenção de uma planta solar com um novo cliente; aproximadamente R\$ 11.000.000 (onze milhões de reais) referente ao serviço especializado de EPC turnkey (Engineering, Procurement and Construction) do cliente interno SMTE e aproximadamente R\$ 500.000 (quinhentos mil reais) referente a contratos que sofreram incremento importante em seu volume de prestação de serviços.

12. CUSTO DE OPERAÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(1.789.823)	(1.573.210)
Materiais	(976)	(660)
Serviços de terceiros (ii)	(162.746)	(79.189)
Arrendamento de aluguéis	(673)	-
Gastos diversos serviços de O&M	(4.223)	(549)
	(1.958.441)	(1.653.608)

(i) Variação refere-se ao aumento do quadro de funcionários. (ii) Variação refere-se ao contrato de alocação de profissional especializado para realizar fiscalização de atividades de construção civil, montagem eletromecânica, instalações elétricas, SPCs e comissionamento de subestações de energia de alta tensão.

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(106.676)	(96.158)
Pessoal	(8.118)	(5.686)
Tributos	(2.880)	(4.667)
Materiais	-	(4.368)
Arrendamentos e aluguéis	(56.301)	(46.700)
Seguros (i)	(220.658)	(36.313)
Despesas de viagens (ii)	(85.437)	(50.762)
Gastos diversos	(13.684)	(9.038)
	(493.754)	(253.662)

(i) Contratação de seguro risco de engenharia da expansão na Subestação Paracatu 4 - 500/138 kV - Instalação de 3º banco de Transformadores 500kV/138 - 3x100MVA e nova entrada de linha 138kV. (ii) Variação refere-se a visita de rotina às obras de expansão da SE Paracatu 4 em 2023.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	606.067	274.347
Receitas de aplicações financeiras (i)	606.067	274.347
Despesa financeira	(45)	(1.987)
Multas e acréscimos moratórios	(46)	(1.988)
Outras despesas financeiras	1	1
	606.022	272.360

(i) Variação refere-se a renda de valores aplicados no exercício de 2023 referentes a sobre de caixa conforme nota explicativa 6.

15. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas brutas (i)	14.322.193	3.426.550
Base de cálculo (32%)	4.583.102	1.096.496
Outras receitas	396.970	98.319
Base de cálculo	4.980.072	1.194.815
IR devido	(1.221.018)	(274.704)
Total de IRPJ	(1.221.018)	(274.704)
Receitas brutas (i)	14.322.193	3.426.550
Base de cálculo (32%)	4.583.102	1.096.496
Outras receitas	396.970	98.319
Base de cálculo	4.980.072	1.194.815
CSLL devida	(448.206)	(107.533)
Total de CSLL	(448.206)	(107.533)
Total de IRPJ/CSLL	(1.669.224)	(382.237)

(i) A variação se refere aos novos contratos de faturamento conforme descrito na nota explicativa 11.

16. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações de empresas do Grupo, os quais:

16.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	1.178.708	-
Serra da Mesa Transmissora de Energia (i)	1.178.708	-

16.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	4.243	-
SGBH - Aluguel (ii)	4.243	-

16.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	12.772.458	3.233.548
Aluguel (ii)	(50.911)	(38.183)

Serviços de engenharia e gerenciamento/ consultoria de P&D (iii)

	12.823.369	3.271.731
Araraquara Transmissora de Energia	34.347	7.537
Atlântico Transmissora de Energia	17.090	70.779
Canarana Transmissora de Energia	30.668	24.016
Catxerê Transmissora de Energia	30.466	32.256
Expansion Transmissão de Energia Elétrica	98.121	34.768
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo	45.766	34.768
Iracema Transmissora de Energia	28.249	132.161
Itumbiara Transmissora de Energia	139.908	152.285
Linhas de Transmissão de Montes Claros	33.642	7.537
Linhas de Transmissão do Itatim	51.378	7.537
Marechal Rondon Transmissora de Energia	18.428	10.049
Paranaíba Transmissora de Energia	-	29.285
Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia	231.638	206.809
Poços de Caldas Transmissora de Energia	50.807	7.537
Porto Primavera Transmissora de Energia	65.174	324.289
Ribeirão Preto Transmissora de Energia	31.082	24.016
Serra da Mesa Transmissora de Energia	11.826.458	752.863
Serra Paracatu Transmissora de Energia	40.709	349.548
Xingu Transmissora de Energia	49.438	1.063.691

(i) Referente a medição de serviços de engenharia prestados de dezembro de 2023 relacionados aos projetos Paracatu 7º Bay e Paracatu 3º Banco de transferência. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio. (iii) Valores no resultado referem-se à prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. A variação de 2023 em relação a 2022 se refere aos novos contratos de faturamento: Aproximadamente R\$ 11.800.000 (onze milhões e oitocentos mil reais) referente ao serviço especializado de EPC turnkey (Engineering, Procurement and Construction) do cliente interno SMTE e aproximadamente R\$ 500.000 (quinhentos mil reais) referente a contratos que sofreram incremento importante em seu volume de prestação de serviços.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 17.1, não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e identificados; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

17.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.352.721	3.503.441
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	16	1.178.708	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - terceiros	-	29.072	16.116
Fornecedores - partes relacionadas	16	4.243	-

17.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **Riscos de taxa de juros:** O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	10.352.721	3.503.441
Contas a receber partes relacionadas	1.178.708	-
Fornecedores - terceiros	29.072	16.116
Fornecedores - partes relacionadas	4.243	-

Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.



STATE GRID
SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.
 CNPJ/MF nº 32.538.020/0001-07



★ continuação

Danilo Augusto Soares de Souza
 Diretor Presidente

DIRETORIA

Ricardo Félix
 Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
 Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
State Grid Serviços de Engenharia S.A.
 Rio de Janeiro - RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da State Grid Serviços de Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Ênfase:** Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Portanto as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
 Contador CRC RJ-086312/O-6

